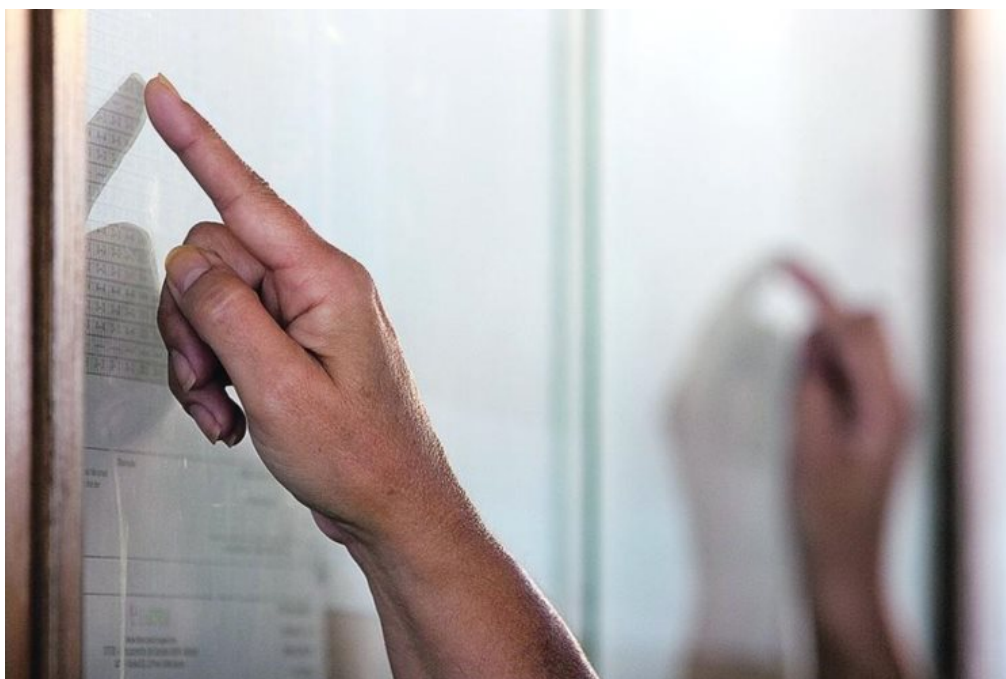

Portugal em 45.º lugar na liberdade para escolher escola dos filhos

CLARA VIANA 03/02/2016 - 07:12

Índex da Liberdade de Escolha em Educação é liderado por países europeus, com a Irlanda à cabeça.



O ensino particular é proibido em três dos 136 países analisados ENRIC VIVES-RUBIO

Em 136 países, Portugal ocupa o 45º lugar na primeira edição do Índex sobre a Liberdade de Escolha em Educação (FEI, na sigla em inglês), a que o PÚBLICO teve acesso. O estudo foi promovido pela Organização Internacional Para o Direito à Educação e Liberdade de Escolha (OIDEL) com base em quatro indicadores: saber se a criação de escolas não-governamentais [privadas] é permitida por lei; se existe financiamento do Estado a estas escolas e que custos

são subsidiados; taxa bruta de escolarização no ensino primário; e taxa de participação nas escolas não-governamentais em percentagem do total do ensino primário.

A liberdade de escolha em educação diz respeito à possibilidade dos pais poderem escolher a escola onde os filhos estudam, independentemente do seu estatuto. Com base nos resultados obtidos, os Estados foram classificados numa escala de 1 a 100, na qual Portugal se situa a pouco mais de meio (58,27), numa lista que é encabeçada pela Irlanda (98,73), Holanda (89,59) e Bélgica (89,34).

O director executivo da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), Rodrigo Queiroz e Melo, considera que a posição ocupada por Portugal neste índice "não é má", mas considera que "há espaço para melhorar" e que esse caminho deve ser feito apontando para uma "convergência com as sociedades mais desenvolvidas e com maiores níveis de desenvolvimento humano e de bem estar geral", de que são exemplo as dos países do Norte da Europa que lideram a lista.

Portugal está entre a maioria dos países (84%) onde a possibilidade de criação de escolas privadas está consagrada na Constituição e também figura entre os 73% que atribuem financiamento estatal a estes estabelecimentos de ensino. Mas fica penalizado neste Índice porque, destaca a OIDEL, uma organização não-governamental fundada em 1985, o Estado só cobre o total de custos em 96 colégios.

Estas são as escolas privadas que têm contratos de associação com o Estado para garantir ensino gratuito aos seus alunos. Actualmente o seu número baixou para cerca de 90, mas metade das cerca de 2800 escolas privadas existentes em Portugal continuam a receber fundos do Estado, embora com um peso menor do que os garantidos com os contratos de associação.

Na investigação da OIDEL assinala-se como positivo o facto de recentemente ter sido concedida mais autonomia ao ensino particular na definição do seu currículo, o que aconteceu em 2013 por via da aprovação do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Nos 10 primeiros lugares do FEI, nove são ocupados por países europeus: para além dos três mais cotados, estão neste pódio Malta, Dinamarca, Reino Unido, Finlândia, Eslováquia e Espanha. O Chile, que ocupa o sétimo lugar, é a excepção deste “top 10”.

Na Europa, apenas a Bulgária, Croácia e Grécia não concedem financiamento ao ensino particular. No conjunto dos 136 países analisados, 28% estão nesta situação. E a existência de escolas não-governamentais só é proibida em três. São eles Cuba, Gâmbia e Líbia.

“Falsos mitos”

O responsável da AEEP destaca que este índice “parte de um pressuposto fundamental diferente do habitual: a liberdade de escolha da escola não é vista como um instrumento de eficiência educativa mas como a materialização do direito fundamental que é a liberdade de educação”. Ou seja, refere Queiroz e Melo, “ não tem em conta as notas dos alunos ou o custo das escolas”.

Os autores do estudo consideram que os resultados obtidos permitem “desmentir falsos mitos”, ao comprovarem que na maioria dos países a liberdade de escolha em educação, está garantida constitucionalmente; e que para esse fim existe financiamento do Estado ao ensino particular, embora em 43% dos países que asseguram estes subsídios “esta ajuda seja reduzida e se encontre mal definida”.

Também referem que nos países do Sul da Europa (Itália, França, Espanha e Portugal) “existe ainda um debate político sobre o financiamento das escolas não-governamentais que é motivado pela confusão entre estes estabelecimentos e as escolas católicas”. Já no Norte da Europa esta questão só se coloca na Suécia, frisam.

No relatório destaca-se como “políticas inovadoras” a criação das “academias” na Inglaterra, a doação de terrenos públicos para a construção de escolas privadas em Espanha, a autonomia curricular aprovada em Portugal e o crescimento das *charter schools* nos Estados.

[< Anterior](#)[Página 1 de 2](#)[Seguinte >](#)[Texto completo](#)

COMENTÁRIOS

COSTA
PROMETEU
CUMPRIR
AS
OBRIGAÇÕES
DE PORTUGAL



OldVic

08:00

“O desenvolvimento da liberdade de escolha em educação não consta do programa do actual Governo. A maioria de esquerda no parlamento já aprovou, aliás, uma recomendação ao executivo para que ‘restringa a existência de contratos de associação em zonas em que exista oferta e capacidade instalada não utilizada nas escolas públicas’, uma condição que deixou de estar contemplada no novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo aprovado em 2013 pelo Governo PSD/CDS, que tinha na liberdade de escolha uma das suas prioridades”: podia lá ser, minar a autoridade dos sindicatos que comandam a educação em Portugal. Suponho que não vamos ver aqui os suspeitos do costume a defender o paralelismo com a Escandinávia neste assunto. A Escandinávia só serve de argumento selectivo, não generalista.